

Adolescente indígena é assassinado
em usina de cana no MS

Página 5

Dom Pedro Casaldáliga:
80 anos de fé e luta

Página 10

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXX · Nº 303 · Brasília-DF · Março-2008
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625

Semana dos
Povos Indígenas
2008

TERRA
É VIDA

Em defesa da vida dos povos indígenas

O que será de nossas crianças?

Os defensores de projetos faraônicos que incidem sobre áreas indígenas sempre apregoam enormes vantagens para todo o país e sentenciam, ao mesmo tempo, que “meia dúzia de índios” não será capaz de impedir o progresso do Brasil.

O conceito neoliberal de desenvolvimento é economicista. O sujeito não é a pessoa humana, a família, uma comunidade ou um povo. O “ser” não se reveste de nenhum valor, os únicos verbos a serem conjugados são “ter”, “lucrar”, “faturar”. Qualquer avaliação de pessoas passa pelo crivo de rentabilidade ou produtividade.

Há vidas importantes para a economia e há vidas supérfluas, descartáveis, porque não produzem e, por isso, são consideradas um peso para a coletividade, ou são vidas que atrapalham, pois colocam em xeque projetos tidos como indispensáveis para evitar o “apagão”, para garantir a competitividade do Brasil no mercado mundial, para fazer do Brasil um país interessante para os investidores transnacionais. As leis que regem este processo não admitem parâmetros éticos ou morais. Bom e correto é tudo que serve ao sistema, o que traz lucro e vantagens. Tudo é válido, contanto que acarrete benefícios e benesses. Quem quiser viver e progredir tem que se submeter aos ditames do mercado. É este o mundo em que vivemos.

O nosso governo rendeu-se à esta cosmovisão pragmática. Quem realmente manda no Brasil são os “reis” do gado, da soja, da cana. O governo aposta na agroindústria, no latifúndio, nos canaviais, fala em agro-combustíveis e hidrelétricas, insiste em acelerar o crescimento e promete investir em infraestrutura.

Alertar para impactos sociais e ambientais e conseqüências desastrosas irreversíveis para os povos indígenas, ribeirinhos e o mundo inteiro é considerado crime de lesa-pátria. Quem hoje levanta a voz contra madeireiros e latifundiários, plantadores de soja e donos de extensos canaviais; quem denuncia seus desmandos e saques, suas manobras ilegais e a manutenção de mão-de-obra em regime de escravidão; quem acusa a destruição e a devastação que perpetuam, corre risco de vida.

Diante de toda uma euforia desenvolvimentista e o ar poluído pelos nauseabundos panegíricos a um progresso meramente financeiro, em meio aos esplêndidos festins para comemorar os lucros fabulosos que alguns já auferem e outros esperam auferir, o grito de um índio Kayapó à beira do Xingu soa como uma voz de outro mundo: “O que será de nossas crianças? Queremos que nossas crianças vivam! Que será de nossos antepassados? Não queremos que suas sepulturas vão para o fundo!”.

Nunca ouvi um apelo tão contundente em favor da Vida diante

de uma hidrelétrica projetada. O índio Kayapó entendeu que a Vida das futuras gerações está em jogo e o mundo em que vivemos e sobrevivermos, nós o herdamos de nossos antepassados que, no mínimo, merecem o preito de nossa gratidão e o respeito aos seus túmulos.

O desenvolvimento de uma nação não pode ser avaliado apenas pelos índices econômicos e financeiros, oscilação das bolsas de valores, juros, seguros, taxas de câmbio e balança comercial. O índio Kayapó tem uma outra escala de valores. Pensa nas crianças, na família, nos “öbikwa” (parentes), na selva milenar e nas águas límpidas, no sol que a cada dia nasce e na lua que ilumina a noite, nos rios e seus peixes, na mata e seus animais, na flora e na fauna, no lar que Deus criou para ele, seu povo e todos nós.

O que ele quer, é viver em paz. O que almeja é saúde e uma educação que respeita a tradição de seu povo. O que ele exige é a demarcação e a garantia de sua terra no presente e no futuro. O valor supremo e mais sagrado que cultua é a Vida.

Erwin Krautler
Presidente do Cimi

MARIOSAN



Mosca na sopa

A notícia do crescimento do desmate na Amazônia foi uma mosca na sopa do presidente Lula que, por três anos consecutivos, comemorava a redução deste índice. O dado retrata o resultado do pesado investimento do governo no agromercado e na criação de gado na região. Após a divulgação, Lula adotou o discurso de que “é preciso adotar um modelo de preservação sem impedir o acesso a bens de consumo”, ou seja, afastar a mosquinha pro lado e continuar a beber e a engrossar o caldo dos empresários e latifundiários. Pelo visto, é o povo brasileiro que mais uma vez vai virar sapo na história e ter que engolir a mosca do desenvolvimentismo governamental.

Mais papel, menos árvores

A Aracruz anunciou que vai implantar, junto com a sócia sueco-finlandesa Stora Enso, nova fábrica da Veracel para produção de celulose na Bahia. O investimento, no município de Eunápolis - sul do estado, pode ultrapassar US\$1 bilhão. A fábrica terá capacidade para produzir 1,4 milhão de toneladas anuais de celulose e deve entrar em operação em 2012. Imagine a destruição que a Veracel – que já é alvo de denúncias do povo Pataxó pelo plantio de eucalipto no entorno do Parque Nacional de Monte Pascal – será capaz de produzir aliada à Stora Enso, maior produtora de papel do mundo!

Vale aumenta em 66% preço do ferro

A Vale fechou acordo com a siderúrgica italiana Ilva, a maior do país, para aumentar o preço do minério de ferro vendido para o exterior. Pelo acordo, a Vale conseguiu reajustar em 65% o preço do minério de ferro produzido em Minas Gerais e em 66% para a produção de Carajás, no Pará. Com empresas da Ásia, a Vale conseguiu um aumento de 71%. O que ninguém diz é quanto vamos pagar pelos produtos manufaturados que utilizam o ferro brasileiro – responsável por extensas áreas de degradação ambiental – ao retornarem ao país.

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDIGENA

Edição fechada em 29/02/2008

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

ISSN 0102-0625

APOIADORES

UNIAO EUROPEIA

ORCA Austria HORIZONT 3000

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Paulo Maldos
ASSESSOR POLÍTICO

Clarissa Tavares
EDITORA
RP 01580JP/CE

Marcy Picanço
EDITORA
RP 4604/02 DF

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezia
Egon Heck
Nello Ruffaldi
Paulo Guimarães
Paulo Maldos
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3349-5274

Revisão:
Leda Bosi

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Dadir de Jesus Costa

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF
Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
Caixa Postal 03.679
CEP: 70.089-970 - Brasília-DF
E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00
Ass. de apoio: R\$ 60,00
América latina: US\$ 25,00
Outros Países: US\$ 40,00

A via crucis da saúde indígena no Brasil

A precária assistência à saúde nas comunidades sofre mais um revés com Portaria da Funasa que determina repasse de recursos aos municípios

Paulo Daniel Moraes

Integrante da Pastoral Indigenista de Roraima e do Setor de Saúde do Conselho Indígena de Roraima (CIR)

A insatisfação dos povos indígenas com a assistência à saúde nas comunidades é constantemente denunciada. A crise na gestão do Subsistema de Saúde Indígena tem suas raízes em uma soma de interesses contrários à sua efetiva implementação, como entraves burocráticos, visões tecnicistas e ingerências políticas, que tem levado à paralisação e ao retrocesso os programas de saúde desenvolvidos em quase todos os distritos. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), responsável pela coordenação do sistema, não conseguiu constituir um corpo técnico adequado às exigências constitucionais de integralidade das ações e de respeito à diversidade da cultura indígena, e resiste às iniciativas voltadas à maior autonomia dos distritos e ao fortalecimento do controle social, mantendo o poder de decisão concentrado nas instâncias centrais e nas coordenações regionais do órgão.

O Fórum dos Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde (Condisi) denunciou, em reunião realizada em março de 2007, que o volume de recursos públicos destinados à saúde indígena aumentou em mais de 100% no primeiro mandato do presidente Lula, mas a assistência piorou na maioria dos distritos e a mortalidade infantil indígena hoje é o dobro da média nacional. Segundo levantamento dos presidentes de Condisi, mais de 50 ocupações de instalações da Funasa aconteceram somente em 2006. Entre as causas estão a falta de investimentos em infra-estrutura, a precariedade das Casas de Saúde Indígenas (Casai), os atrasos no repasse dos recursos para a assistência, os problemas na aquisição de medicamentos e as dificuldades para o controle social.

A municipalização da saúde indígena tem sido denunciada por lideranças indígenas. Ela acontece com o repasse de recursos para os gestores municipais sem a prévia autorização e o acompanhamento das instâncias de controle social. O Ministério da Saúde editou, em setembro de 2007, a Portaria 2.656, com o objetivo de regulamentar o repasse dos recursos do Incentivo à Atenção Básica dos Povos Indígenas para os municípios. A experiência da gestão da saúde indígena por meio dos municípios tem sido muito questionada e é considerada insatisfatória na maior parte dos distritos sanitários indígenas do país.



Foto: ACQ



Foto: José Adalberto



Foto: Adalberto López Buriticá

A ausência de um marco legal adequado ao estabelecimento de parcerias com organizações indígenas ou da sociedade civil tem provocado graves distorções e fragilidades na execução das ações complementares previstas no Subsistema da Saúde Indígena. O modelo inadequado dos convênios e o desinteresse da Funasa no aprimoramento destes mecanismos têm levado à criminalização das entidades conveniadas com graves prejuízos para os usuários.

A falta de investimentos em infra-estrutura é hoje um dos principais problemas enfrentados pelos profissionais nas comunidades indígenas, levando a um brutal sucateamento dos veículos, barcos, radiofonias, microscópios e equipamentos médicos indispensáveis para a execução das ações de saúde nas aldeias. Esta situação, aliada à falta de medicamentos e material, muitas vezes tem impedido o deslocamento das equipes e contribuído para a alta rotatividade dos profissionais na área, gerando enorme insatisfação e colocando em risco a vida de trabalhadores, pacientes e usuários indígenas.

As deliberações aprovadas nos conselhos de saúde indígena são sistematicamente desrespeitadas, provocando a desmobilização e o desinteresse por estas atividades. Em muitos distritos as reuniões são canceladas e ficam suspensas por mais de um ano. O desrespeito ao controle social também se manifesta pela falta de recursos para o custeio das reuniões dos conselhos locais e distritais de saúde, cursos de capacitação de conselheiros e outras

atividades de fortalecimento da gestão participativa.

É preciso dar prioridade aos programas de formação de Agentes Indígenas de Saúde, promovendo a sua regulamentação profissional, a criação de mecanismos diferenciados de contratação e a garantia dos direitos trabalhistas. A necessidade de capacitação no nível básico deve incluir ainda os agentes indígenas de microscopia, endemias, saneamento, saúde bucal, e as parteiras tradicionais indígenas. É preciso também regulamentar e implantar programas específicos e diferenciados de formação de indígenas como técnicos de enfermagem, laboratório, endemias e higiene dental. Assim como implementar políticas de apoio à inserção e permanência de indígenas em cursos de nível superior, como Enfermagem, Medicina, Odontologia, Farmácia e Antropologia, entre outros.

O fortalecimento da capacidade gestora do governo federal tanto nas coordenações dos distritos como na coordenação central depende da formação de um quadro estável de recursos humanos adequado às necessidades

Indígenas Yanomami recebem atendimento médico. À esquerda, Yanomami com malária internado na Casa do Índio

estratégicas da gestão, o que só será possível por meio de concurso público diferenciado e que assegure a participação indígena nos processos de seleção. O órgão gestor da saúde indígena precisa ter um perfil técnico independente das ingerências políticas, o que poderia ser alcançado através da reestruturação do Departamento de Saúde Indígena ou pela criação de uma Secretaria Especial de Saúde Indígena de caráter executivo ligada diretamente ao Ministério da Saúde, como tem sido proposto em diversas conferências.

Um dos principais fundamentos do modelo de atenção à saúde proposto nas Conferências de Saúde Indígena é a autonomia administrativa e financeira dos distritos, que deve ser alcançada com a sua transformação em unidades gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), contando com orçamentos próprios administrados através dos Fundos Distritais de Saúde. Os chefes ou coordenadores dos distritos devem ser aprovados pelos conselhos distritais e o controle social deve ser efetivo, com participação indígena em todas as instâncias de decisão.

Após oito anos da aprovação da Lei Arouca - que estabeleceu os marcos legais para o funcionamento do Subsistema de Saúde Indígena - os povos indígenas e seus aliados enfrentam ainda o enorme desafio de superar estes obstáculos e construir os mecanismos técnicos e políticos que assegurem as condições adequadas de assistência à saúde e a melhoria dos indicadores e da qualidade de vida em suas comunidades. ■



A presença de madeireiros, além de criadores de gado e empresários do agronegócio, é causa do crescimento do desmate na Amazônia

O desenvolvimentismo insustentável do Governo Lula

Desmatamento e incentivo ao agronegócio: provas de que, no centro das políticas governamentais, encontra-se a ideologia do crescimento a qualquer custo

João Alfredo Telles Melo*

A notícia de aumento do desmate na Amazônia vem em pior hora para o governo federal, que vinha comemorando, desde o ano passado, a redução pelo terceiro ano consecutivo do índice de desmatamento. O alerta desse crescimento já era feito pela imprensa e por ONGs ambientalistas no segundo semestre de 2007. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, só depois reconheceu que seria “possível dizer que o aumento do preço da soja, o avanço do gado na Amazônia e a derrubada de árvores para as siderúrgicas de ferro-gusa são as causas principais do desmatamento. Seus assessores lembraram que a derrubada da floresta aconteceu principalmente em Mato Grosso, Rondônia e no Pará, Estados onde esses setores da economia têm avançado muito nos últimos anos” (O Estado de São Paulo, 24.01.2008).

A questão, para usar um conceito da própria ministra, é que falta “transversalidade ambiental” nas ações do governo como um todo, voltadas para o binômio meio ambiente/desenvolvimento. Basta dizer que, enquanto Marina responsabilizava o gado e a soja pela devastação, o ministro da Agricultura, Reinold Stephanes, fazia a defesa enfática do agronegócio.

A aliança social e política celebrada pelo governo com o agronegócio, que tem como seu representante no parlamento brasileiro a bancada ruralista, é fundamental para o modelo econômico adotado e para a chamada “governabilidade”. Na economia, a exportação de produtos oriundos da agricultura e

da pecuária tem um peso importante para o equilíbrio da balança comercial. No Congresso, a presença na base de sustentação do governo confere à bancada ruralista posição privilegiada na concessão de favores e privilégios – quase sempre traduzidos em cargos na estrutura de governo, além de generosos abatimentos de dívidas agrícolas junto às instituições financeiras oficiais – para garantir a aprovação de matérias legislativas de interesse do Executivo.

É essa aliança que, com um falso discurso “verde”, incentiva a monocultura da cana-de-açúcar para a produção do etanol combustível, que se tem mostrado insustentável, tanto do ponto de vista social – pela superexploração de trabalhadores e a substituição de culturas de subsistência – como ambiental, já que sua expansão, além de empurrar a soja e o gado para áreas de floresta, é responsável pela degradação de outro grande bioma brasileiro, o Cerrado, que é a savana com maior biodiversidade do planeta.

Segundo estudo do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), o Cerrado, que abrange cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, já perdeu metade de sua cobertura vegetal, estando as causas do desmatamento “relacionadas à agricultura e pecuária”.

Essa sólida aliança do governo Lula com o capital agropastoril explica o fato de que um dos maiores beneficiários do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), na análise diretor econômico da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Gerson Teixeira, seja “o agronegócio exportador, em particular, na sua

trajetória expansiva na fronteira Norte”. Teixeira constata que para “pavimentar, de vez, a expansão do agronegócio na Amazônia, o PAC prevê investimentos de peso no binômio ‘energia e asfalto’, afora em hidrovias, que, entre outros efeitos, romperão as principais barreiras para essa atividade naquela região e da sua transformação em via de acesso a mercados internacionais de produtos de outras regiões”.

Isso para não falar nas linhas de financiamento, a juros subsidiados, do Banco da Amazônia, do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e do FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) para a pecuária. Estudo realizado pelos Amigos da Terra – Amazônia constatou que é naquela região que se encontram hoje 94% do crescimento do número de cabeças de gado registrado pelo IBGE entre 2003 e 2006. Das 10.334.668 novas cabeças, 9.680.511 estavam na Amazônia Legal.

Além desses impactos sobre a fauna e a flora, o próprio governo reconhece que 201 empreendimentos do PAC interferem em terras indígenas, dessas 21 com povos isolados. Dentre as obras, se encontram as barragens de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira (RO), que vai impactar grupos isolados da região; a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), que atinge terras dos povos Arara, Xincrin e Juruna; a hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins, que traz impactos sobre as terras indígenas Avá Canoeiro, Kraolândia, Filni-ô, Xerente, Apinayé, Krikati e Mãe Maria; a finalização da BR-156 no Amapá, que corta 40 km de terra dos povos Galibi-Marworno, Pali-

kur e Karipuna; a finalização da BR-242, no Tocantins, que atinge os povos da Ilha do Bananal: Avá Canoeiro, Javaé, Karajá e Cara Preta. E tudo sem que houvesse consulta prévia a esses povos, o que denota o profundo desrespeito aos direitos dos povos indígenas.

A comprovação maior de que não há política ambiental integrada transversalmente com os outros setores do governo é, exatamente, esse PAC. Ali estão previstas, além do que foi listado, outras ações que atentam contra o meio ambiente e o clima do planeta, tais como a construção de 77 usinas termoeletricas (a maioria a carvão e a óleo), a retomada do programa nuclear brasileiro, a transposição do rio São Francisco, o incentivo à siderurgia etc.

Portanto, a insustentabilidade da política de desenvolvimento do governo brasileiro não se encontra somente na Amazônia, mas também em outros setores – energia, indústria, transportes – causadores da emissão de gases do efeito-estufa. De nada adianta a elaboração, por apenas um ou dois ministérios, de um plano de enfrentamento às mudanças climáticas se, no centro das políticas públicas levadas a cabo ou estimuladas pelo governo – com investimentos, créditos, incentivos fiscais e subsídios – se encontra a ideologia do crescimento a qualquer custo, onde a economia se sobrepõe ao social e ao ecológico, onde o governo se rende à lógica do mercado, onde as políticas ambientais ainda estão à margem dos grandes processos decisórios. ■

*Advogado, professor de Direito Ambiental, ex-deputado federal e consultor de políticas públicas do Greenpeace

A Roda Viva da Cana

Apesar de ilegal, o aliciamento de menores indígenas - com documentos falsificados - para o trabalho no corte de cana é comum no MS

Cristiano Navarro
Cimi MS

Em setembro de 2006, quando o menino Guarani Kaiowá de 15 anos, José dos Santos*, anunciou largar a escola para trabalhar no corte de cana, seu pai, o viúvo Manoel dos Santos, se viu contrariado. Não queria que o filho, um bom aluno da 6ª série, sofresse a mesma sina que o afastou do trabalho aos 32 anos por um desvio na coluna.

Assim, seu Manoel escondeu os documentos do filho para que ele não fosse cortar cana na Fazenda Santa Cândida, da Destilaria Centro Oeste LTDA (Dcoil), de propriedade do médico Nelson Donadel.

Ignorando os conselhos do pai, o garoto acertou com um “cabeçante” indígena de Dourados, identificado por Jorge, o pagamento de R\$ 1.500 para o trabalho de 70 dias. A falsificação da ficha de José junto a Dcoil foi feita de forma grosseira. Além de receber o nome de Devir Fernandes e a idade de 24 anos, não constavam foto ou informações como os nomes do pai e da mãe.

Um rapaz tímido e bastante esforçado, que freqüentava as aulas regularmente e integrava o projeto de criação de mudas para reflorestamento da terra indígena Tey Kue, com estes adjetivos a Irmã Anari Nantes, diretora da escola onde José estudava, o descreve.

Apesar de ilegal, o aliciamento de menores indígenas - com documentos falsificados - para o trabalho no corte de cana é comum no Mato Grosso do Sul. “A procura pela mão de obra é grande, por seu bom desempenho e baixo custo. Com a grande demanda os adolescentes são freqüentemente aliciados”, atesta o ex-procurador chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) no MS, Cícero Rufino, que ocupou o cargo até o final de 2007.

Após 70 dias de trabalho, José voltou para casa sem receber nada. O “cabeçante” informou que ele deveria trabalhar mais um mês, até que o pagamento atingisse R\$ 2.000 para recebê-lo integral. No início de dezembro, José voltou ao trabalho nas terras da usina de Nelson Donadel.

Doze dias depois, na noite de 14 de dezembro de 2006, em um caixão simples, o corpo de José foi entregue de surpresa na casa da avó. Ele havia sido degolado na manhã do mesmo



dia dentro da usina. Seu corpo foi encontrado por policiais por volta das 14 horas, próximo a um monte de cana que acabara de cortar.

Sem registro

Mesmo com as evidências físicas do cadáver e da falsificação dos documentos, o boletim de ocorrência foi registrado na delegacia de Iguatemi com idade e nome adulterados. Portanto, para polícia quem estava morto não era José dos Santos, mas Devir Fernandes.

Na busca por pistas, nem Funai, nem Funasa, nem MPT tinham qualquer notificação da morte de José dos Santos, ou Devir Fernandes. “É freqüente a troca de documentos e a falta de registro de mortos”, confirma o médico coordenador da Funasa em Dourados, Zelick Trajber.

Dias depois do enterro de José, após juntar o resultado do exame de corpo delito - que apontou a idade de 16 anos - e os depoimentos do autor confesso do crime e de testemunhas, seu Manoel provou que de fato o corpo enterrado era de seu filho.

De posse destes documentos, ele foi à gerência da Dcoil para pedir que lhe pagassem o que deviam ao filho. A resposta foi categórica “eles disseram que não devem nada pra mim, que a quem deviam já pagaram. E que se eu quisesse qualquer dinheiro procurasse a Justiça e polícia”, relatou.

Apesar de a polícia ter dado Devir Fernandes como morto, ele continua vivo. Morando na aldeia de Dourados, Devir trabalha de 12 a 14 horas por dia

Fotos: MPT



para transformar sangue, suor e cana-de-açúcar em álcool combustível para outra ponta da cadeia produtiva abastecer discursos políticos desenvolvimentistas e automóveis que circulam com etiquetas ecologicamente corretas com nome de Total Flex.

Trabalho escravo

A Dcoil não é a apenas uma empresa que permite

o aliciamento de menores de idade para o trabalho exaustivo do corte de cana. Poucos meses após a morte de José, em março 2007, ela foi flagrada por uma diligência do Grupo Móvel de Fiscalização do MPT em que 498 trabalhadores foram libertados, destes 150 eram indígenas.

Todos os 150 estavam alojados em um barracão sem janelas que comportava, no máximo, 90 pessoas. Trinta dormiam no chão. Faltavam equipamentos de trabalho adequados e havia pagamentos atrasados. Após a diligência a Dcoil teve de pagar multa e assinou um termo de ajustamento de conduta onde se compromete melhorar a situação dos trabalhadores.

Empresas irmãs

Casos de assassinatos e escravidão de indígenas não são registrados somente nos limites da Dcoil. Segundo levantamento do Cimi, dos 53 assassinatos ocorridos no MS em 2007 com vítimas indígenas na região de Dourados, três aconteceram nas usinas.

A Usina Debrasa, em Brasilândia, é outra que tem em seu currículo assassinatos e trabalho degradante. Entre 2006 e 2007 ocorreram dois assassinatos e, em novembro último, foram libertados 1.011 trabalhadores indígenas que se encontravam em situação de escravidão. A Debrasa é descrita pelos indígenas e pelo MPT como um “verdadeiro inferno”.

Como prêmio por sua contribuição ao desenvolvimento do MS, o governador, André Puccineli, concedeu em

dezembro de 2007 a isenção de 67% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para 44 usinas em construção no estado.

Enquanto Manoel dos Santos luta para receber R\$ 2.000 da Dcoil pelo trabalho do filho, outras cifras saltam aos olhos. Segundo o Sindicato dos Agentes Tributários do MS, a isenção de ICMS deve diminuir em 20% a arrecadação do estado, o equivalente a R\$ 1.250.289.441,00. Devido à isenção para as usinas de álcool, o estado deixará de receber, em 2008, R\$ 394,8 milhões.

O IBGE projeta, para este ano, o crescimento de pelo menos 30% da área de plantio de cana aumentando de 199,7 mil hectares, em 2007, para 260 mil hectares, em 2008.

Crime diversificado

O otimismo dos latifundiários e das multinacionais é a desesperança do povo Guarani Kaiowá. Quanto mais avançam a monocultura e a concentração fundiária, mais o povo vê distante suas terras, solução definitiva para os problemas da violência e extrema exploração.

Para além do lucro com as culturas da cana, do boi, da soja e do milho, outras facetas do uso da terra têm se revelado no estado. Em recente matéria publicada pela Campo Grande News, o juiz federal Odilon de Oliveira classificou as atividades do agronegócio como uma “lavanderia de dinheiro para o crime organizado”. O dinheiro sujo, de atividades como o tráfico de drogas, seria “lavado” com falsos números de produtividade na pecuária e agricultura.

Segundo a assessoria de imprensa do juiz, só no MS 205 mil hectares estão sob ordem de desapropriação por servirem ao crime organizado para “lavagem” de dinheiro. Ou seja, o crime organizado no estado teria, pelo menos, cinco vezes mais terra do que os 40 mil Guarani Kaiowá possuem – pouco mais de 40 mil hectares. ■

*O Porantim optou em usar nomes fictícios para não expor a vítima e sua família.

Trabalhadores da Debrasa, onde foram flagradas irregularidades como atrasos nos salários, comida e instalações de péssima qualidade. No banheiro não havia água, as fezes saíam pelo cano e os trabalhadores tomavam banho no rio

Movimentos sociais voltam a se mobilizar contra a transposição do rio São Francisco

Em Sobradinho, na Bahia, conferência reúne 213 pessoas e, em Brasília, audiência leva debatedores ao Senado

Clarissa Tavares
 Editora do Porantim

Foto: CPT

Após pouco mais de dois meses da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter a decisão liminar que permite a continuação das obras de transposição do rio São Francisco, os movimentos sociais retomam as articulações para tentar impedir o prosseguimento da obra.

Às margens do Velho Chico, na cidade de Sobradinho, Bahia, mais de 200 pessoas participaram da Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-Árido, realizada de 25 a 27 de fevereiro. Relataram as condições em que vivem as populações urbanas e rurais, que, muitas vezes, não têm acesso à água; debateram sobre os projetos econômicos que serão implementados na região beneficiados pelas águas transpostas; denunciaram a degradação do meio ambiente causada pelas obras.

Lideranças de povos indígenas como os Pipipã, Truká, Tupã e Tingui Botó e de comunidades de quilombolas, vazanteiros, geraiseiras, catingueiras e pescadores juntaram-se a representantes de movimentos vindos de 13



Foto: Clarissa Tavares



O entendimento geral da Conferência foi de dar continuidade às lutas populares com intensidade e com apresentação das alternativas de desenvolvimento contrárias ao modelo atual, que tem aumentado os conflitos e as desigualdades.

Audiência Pública

O debate sobre a transposição voltou à tona após audiência, realizada dia 14 de fevereiro no Senado Federal, em que estiveram presentes defensores e críticos do projeto.

O deputado federal **Ciro Gomes** (PSB-CE), fervoroso defensor do projeto, assumiu que as populações difusas pelo semi-árido brasileiro não serão beneficiadas com a transposição. Também falou a favor do projeto o ministro da Integração Nacional, **Geddel Vieira Lima**.

Dom Luiz Cappio, bispo de Barra (BA), mostrou que a transposição beneficiará os grandes produtores nordestinos, em detrimento da população sertaneja que não tem acesso à água. Ele comparou o projeto com alternativas propostas para a região como as obras do Atlas Nordeste, desenvolvido pela Agência Nacional de Águas, do próprio governo federal. Enquanto com a transposição se pretende atender 12 milhões de pessoas em 4 estados, o Atlas pode beneficiar 34 milhões de pessoas em 10 estados.

Após cinco horas de discussões, foi encaminhado que um novo debate deve ocorrer no Senado. Além disso, uma comissão de senadores deve visitar o rio São Francisco em julho.

A abertura dos canais foi reiniciada em 7 de janeiro deste ano. A presença do Exército é constante nos canteiros de obras para garantir que o projeto não seja interrompido. ■

Acima, Exército impede passagem de romaria contra a transposição, em dezembro de 2007. Abaixo, Dom Cappio participa de audiência no Senado

F o r m a ç ã o

Curso Básico 2008

Desconstruir conceitos e aprender a olhar o mundo pelo viés indígena têm sido uma lição permanente dos cursos oferecidos pelo Cimi

Alexandre Fonseca
 Cimi NE

Foto: Denise Alves

O curso é o início do processo de formação de novos missionários e missionárias, em que se procura articular a teoria às experiências acumuladas, à convivência comunitária e à mística missionária. Ele é dividido em duas etapas: Básico I e II. Fazem parte da programação disciplinas relacionadas à Antropologia, Teologia, História, Direito, Comunicação, entre outros temas específicos da questão indígena e indigenista.

Lúcia Rangel, antropóloga e assessora do Cimi, conta que “existe uma expectativa grande dos missionários em relação à Antropologia. Eles acreditam que será possível fornecer esquemas, conceitos, idéias para ajudá-los a desvendar os mistérios da vida indígena”. Ela avalia a importância que o curso tem em desmistificar isso. “Mostro para os missionários que a antropologia não é misteriosa, nem a vida dos



povos indígenas. É vida de gente. Cada missionário pode ser um antropólogo, não um acadêmico, mas pode despertar uma sensibilidade e perceber as diferenças entre os povos como parte da vida humana”.

Desconstruir conceitos e aprender a olhar o mundo pelo viés indígena têm sido uma lição permanente dos cursos oferecidos pelo Cimi. Trocar o lugar de onde se olhava a História provoca imensas mudanças na compreensão dos fatos. “Precisamos primeiramente desconstruir a história do Brasil”, assevera **Benedito Prezia** historiador e assessor do Cimi.

Já para **Paulo Suess**, assessor teológico, a fundamentação teológica é es-

sencial para “fortalecer a fé e motivar os nossos agentes a passar de uma relação passageira para uma relação duradoura. De um ‘ficar’ para um casamento com a causa indígena. A missão em defesa dos povos indígenas é assumida a partir de motivações profundas que nos colocam na contra mão do sistema”.

Quanto à questão jurídica, **Paulo Guimarães**, assessor jurídico do Cimi, destaca que “é muito importante para os missionários ter uma compreensão ampla e interligada do ordenamento jurídico em relação aos povos indígenas. Tudo está inserido no âmbito de uma ampla organização política estatal que tem estruturação com as forças políticas

que atuam no país. Os povos indígenas e os missionários são integrantes das forças sociais no campo popular e têm um papel relevante no aperfeiçoamento e na aplicação destas regras”.

Para os missionários e missionárias, esta é uma oportunidade de aprofundar o conhecimento e auxiliar o trabalho no dia-a-dia nas aldeias. “O curso possibilita uma abertura muito grande. Mostra uma outra visão. Você sai do Básico I questionando, motivado a buscar mais. Volta com isso para o lugar de onde veio e retorna ao Básico II com mais indagações. E o Básico II provoca mais ainda. Não dá respostas prontas, mas fundamentações para enfrentar os desafios na área”, assegura **Fátima Bezerra**, missionária do Regional Goiás/Tocantins.

O curso aconteceu no Centro de Formação do Cimi Vicente Cañas, no município de Luziânia (Goiás), a 65 km de Brasília, entre os dias 10 e 30 de janeiro. Participaram 43 missionários que trabalham com diversos povos em todas as regiões do Brasil. ■

Participaram do Curso Básico 2008, 43 missionários e missionárias

Os Yanomami protestam no Congresso contra ação de deputados nas aldeias do povo

Deputados visitaram terras indígenas sem prévia comunicação com as comunidades

Marcy Picanço
Repórter

No dia 26 de fevereiro, uma delegação de Yanomami foi à Câmara dos Deputados protestar contra a postura de membros da Comissão Especial sobre Mineração em Terras Indígenas, durante visita a aldeias do povo, em Roraima, no dia 14 deste mês. Eles entregaram aos integrantes da Comissão um relatório reforçando a posição do povo contra a mineração. Também foram recebidos pela Comissão Especial de Direitos Humanos (CDHM).

Durante a visita às aldeias, dois representantes da Hutukara Associação Yanomami (HAY), após muito insistir, conseguiram acompanhar os deputados. Segundo o relatório feito pelos integrantes da HAY, os deputados tentaram persuadir os Yanomami a aceitar a mineração como algo

positivo para o povo. O deputado Márcio Junqueira (Dem/RR) chegou a oferecer presentes aos indígenas. Os deputados também disseram que com a mineração o atendimento à saúde melhoraria.

Os deputados da CDHM Luiz Couto (PT/PB) e Pedro Wilson (PT/GO) se comprometeram a procurar o relator da Comissão Especial, Eduardo Valverde (PT/RO), para discutir o que ocorreu na visita e a questão da mineração. “É dever do Estado dar saúde, educação para os povos, independente de mineração”, reforçou Wilson.

Durante a reunião na CDHM, o líder Davi Kopinawa Yanomami disse mais uma vez que seu povo não autoriza mineração em suas terras: “Mineração traz muitos problemas. Faz buraco na terra, depois polui rio. Começa morrer meu povo. Yanomami só vai ganhar doença”, afirmou Davi.

À tarde do dia 26, eles foram à reunião da Comissão Especial. Não tiveram permissão para falar, mas entregaram



Foto: Marcy Picanço

oficialmente seu protesto. A Comissão Especial analisa o Projeto de Lei n. 1610/96, que trata do aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas. O movimento indígena é contra a discussão e a aprovação deste projeto fora dos debates sobre o Estatuto dos Povos Indígenas, cuja tramitação está parada há 14 anos no Congresso.

Além da visita aos Yanomami, os deputados da Comissão também tentaram visitar os Waimiri-Atroari (Amazonas), mas a visita não havia sido acertada previamente com a comunidade que estava em meio a uma festa ritual do povo. No dia 16, em Cacoal (Rondônia), eles encontraram representantes dos povos Cinta-Larga, Suruí, Tupari, Gavião e Arara.

Relatos da reunião em Surucucu – Xirimifiki

A Comitativa chegou às 12 horas do dia 14/2 e se deslocou até a Comunidade do Xirimifiki, onde havia 25 jovens e adolescentes acompanhados do líder, Paraná Yanomami, que recebeu os visitantes. Não havia mais pessoas na comunidade; os outros estavam pescando e caçando. Na região de Surucucu vivem mais de 2.000 Yanomami.

O general Eliezer Monteiro Filho, comandante da 1ª Brigada de Infantaria da Selva no Estado, fez abertura da reunião, dizendo que trouxe as autoridades para falar sobre mineração e apresentou os deputados.

O presidente da Comissão falou que a Mineração irá ajudar a educação, e a saúde yanomami e que a Constituição Federal do Brasil é que permite que seja realizada em terra indígena. O relator da Comissão falou do Estatuto do Índio que precisa de mudanças, que é importante que os indígenas autorizem mineração em suas terras, bem como convidou o líder Paraná Yanomami para conhecer outros países onde tem mineração em terra indígena, para ver os benefícios que trouxe para as comunidades.

O Deputado Federal Márcio Junqueira (DEM/RR) – Membro da Comissão, ofereceu presentes: facas, facão, anzol, para os indígenas e o líder Paraná Yanomami não aceitou dizendo que: “não podiam aceitar porque quem os davam não haviam sido convidados pelos Yanomami”.

Trechos do relatório de Dário Vitorio Xiriana, Tesoureiro da HAY e Raul Luiz Yacashi Rocha, líder Ye'kuana, professor, colaborador da HAY na região do Auaris, Secretário do Conselho Distrital do DESEI Yanomami.

Lideranças Yanomami entregam relatório aos deputados Luiz Couto e Pedro Wilson, da Comissão de Direitos Humanos

Os Kaingang e os Guarani de Santa Catarina reivindicam regularização de suas terras

Entre 25 e 28 de fevereiro, uma comitativa com 12 representantes de cinco aldeias dos povos Kaingang e Guarani de Santa Catarina esteve em Brasília para reivindicar a regularização de suas terras e fazer demandas em outras áreas como educação, moradia e segurança alimentar.

Um dos principais objetivos da viagem foi protestar contra os Projetos de Decreto Legislativo (PDCs) do deputado federal Valdir Collato (PMDB/SC) que visam sustar os efeitos de quatro Portarias de declaração de terras indígenas em Santa Catarina. No dia 26, as lideranças foram recebidas pelos deputados federais Luiz Couto (PT/PB) e Pedro Wilson (PT/GO). Wilson é responsável pelos pareceres da Comissão de Direitos Humanos sobre os PDCs de Collato. Na reunião, ele afirmou que os pareceres são contrários aos PDCs. Os Projetos se referem às terras Toldo Pinhal, Toldo Imbu, Xapécó e Guarani do Araçá, declaradas em abril de 2007.

No dia 27, as lideranças indígenas protocolaram na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), um documento, questionando a constitucionalidade dos PDCs. Os indígenas também entregaram o documento nas lideranças de todos os partidos e na presidência da Câmara.



Foto: Marcy Picanço

Comitativa de lideranças Kaingang e Guarani é recebida por assessores da Funai

No dia seguinte pela manhã, as lideranças Kaingang e Guarani se reuniram com o presidente em exercício da Fundação Nacional do Índio (Funai), Aloysio Guapindaia, e outros assessores do órgão. Os indígenas questionaram a demora da Funai em indenizar os posseiros que vivem nas terras declaradas. A Funai prometeu priorizar o trabalho na região. “Desde 2007, Santa Catarina, é uma prioridade para nós”, garantiu a diretora de Assuntos Fundiários, Auxiliadora Leão.

O trabalho de desintrusão será realizado nas terras Toldo Imbu e Xapécó, pois nas outras duas terras, ainda há

decisões liminares da Justiça Federal suspendendo os efeitos da Portaria de Declaração. A Funai também se comprometeu a intensificar a atuação jurídica nestes casos.

“Quanto estivermos ocupando nossa terra, vamos poder plantar. Não vamos mais depender da Funai”, afirmou o cacique Albari Santos, do Toldo Imbu. Lá, 30 famílias Kaingang vivem em 9 hectares e dependem de alimentos dados pela Funai e de alguns trabalhos temporários que conseguem na região. “Lá, ninguém emprega índio. O preconceito é muito grande”, completou Alabri. (Marcy Picanço)

“Eu sirvo até de adubo para minha terra, mas dela eu não saio”

Samado
Líder Pataxó Hã-Hã-Hãe

A terra para os povos indígenas é seu chão cultural, habitada por suas tradições, referência básica dos seus valores vitais, prenhe de mitos, campo de sua história. A terra é o espaço no qual se realiza a vida em plenitude, em que se manifestam as distintas formas de viver, articulando crenças, histórias e cotidiano. Sem a garantia da terra não é possível exercer autonomia. E esta garantia depende de uma ação comprometida do governo federal, responsável por demarcar os territórios indígenas, zelar e fazer respeitar seus limites, assegurar a posse exclusivamente aos povos que tradicionalmente os ocupam.

A demarcação das terras indígenas deve levar em conta o universo simbólico e cultural de cada povo, contemplando as formas de utilização da terra de acordo com os usos, costumes e tradições. Além disso, deve ser suficiente para garantir a existência futura desses povos.

No contexto brasileiro, a terra representa um espaço de disputas históricas, na qual a articulação de leis, políticas e ações oficiais tem sustentado uma divisão desigual, que assegura a posse de grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários. As lutas relativas à terra são intensas e envolvem diferentes segmentos sociais, pessoas que, na grande maioria, foram impedidas de usufruir desse bem comum e das possibilidades de construir uma vida digna e feliz.



Terra é

EM DEFESA DA VIDA DOS P

Mobilizações pela Terra

Lutar pela integridade dos territórios significa, para os povos indígenas, assegurar os espaços necessários para a vida e a autonomia. Em função das características regionais, os povos foram construindo formas diferenciadas de luta pela terra. Isto qualificou a ação das comunidades e aumentou o poder de pressão sobre o Estado brasileiro, na tentativa de que este implemente os procedimentos administrativos de demarcação das terras. As iniciativas tomadas por comunidades e povos indígenas em diferentes localidades assumem denominações distintas:

Retomada: designa a reconquista territorial. Ocorre em situações nas quais a comunidade ou o povo indígena foi vítima de total expropriação, ficando privado da posse por longo período. O ato de retomar implica sempre o confronto direto com aqueles que ocupam seus territórios. As retomadas são mais comuns nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Autodemarcação: acontece em regiões onde os índios têm a posse de suas terras, mas elas não estão demarcadas e sofrem ameaças constantes de invasão. Antecipando-se à ação do Estado, os índios organizam-se e fazem a delimitação da área, contando com

assessoria técnica especializada. Uma vez realizada a autodemarcação, as comunidades intensificam suas lutas para o reconhecimento das terras. É mais comum na região Norte.

Além dessas, existem outras formas de pressão política exercidas por meio das organizações indígenas, articulações interétnicas, visitas e reuniões nos órgãos públicos, articulação com o Ministério Público Federal e mobilizações indígenas como o Acampamento Terra Livre. Há também importantes movimentos e lutas direcionadas para a proteção das áreas já demarcadas, como a reabertura de picadas (reavivando os marcos instituídos para delimitar a terra) e a vigilância da comunidade.

Realidade atual

De acordo com informações reunidas pelo Cimi junto às comunidades indígenas, existem mais de 850 terras indígenas no Brasil. Destas, segundo dados oficiais, apenas 343 estão regularizadas (378, quando incluímos as reservas e terras dominiais – compradas por pessoas ou entidades), ou seja, foram registradas. Isso significa dizer que 471 terras indígenas aguardam algum tipo de providência, sendo que, destas, 224 sequer constam de listagens oficiais ou não possuem nenhum procedimento de demarcação iniciado. O quadro a seguir sintetiza esta realidade:

QUADRO-RESUMO DAS TERRAS INDÍGENAS

Situação Geral	Quantidade
Registradas	343
Homologadas	49
Declaradas	53
Identificadas	19
A identificar	126
Sem providências	224
Reservadas/Dominiais	35
Total	849

Atualizado em 18/12/2007

Ao analisar a conjuntura política e econômica brasileira, o Cimi constata que, em termos de concepção de desenvolvimento, o Estado brasileiro retoma uma linha de ação desenvolvimentista baseada em grandes obras de infra-estrutura. O governo federal concebe desenvolvimento a partir de uma visão exploratória dos recursos ambientais, hídricos e minerais. A terra é considerada mercadoria, cuja utilidade se expressa pelas possibilidades que oferece de comercialização e consumo de tudo o que existe no solo e subsolo. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado em janeiro de 2007, é a expressão evidente desta concepção predatória dos recursos ainda existentes sobre a terra.

As conseqüências desta política desenvolvimentista são: invasão dos territórios indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais; exploração indiscriminada e destruição do meio ambiente; monocultivo; concentração



Foto: Marcelo Caserio

Vida

POVOS INDÍGENAS



Foto: Markus Breuss

Defender os territórios indígenas é lutar por uma forma mais respeitosa e harmoniosa de vida

Mais uma vez dizemos: Terra é vida

Pela segunda vez, o tema da Semana dos Povos Indígenas é “*Terra é Vida*”. Este já havia sido o tema da Semana em 1984. Também naquele período, havia uma investida brutal sobre os territórios indígenas por parte de latifundiários, grileiros, madeireiros, empresas de mineração e garimpeiros. O próprio Estado brasileiro promovia e avalizava grandes projetos, tais como estradas e hidrelétricas, a partir de uma concepção desenvolvimentista predatória, fomentando, com isso, a invasão dos territórios indígenas e desencadeando inúmeros massacres de povos e comunidades, de modo especial na Amazônia. Um exemplo notório foi o massacre ocorrido em Roraima contra o povo Yanomami, no final da década de 1980, quando dezenas de milhares de garimpeiros, legitimados pelo Estado, invadiram o território daquele povo e 2000 pessoas morreram em função de doenças e assassinatos.

Terra é Vida. Uma afirmação que foi se tornando palavra de ordem na defesa dos direitos dos povos indígenas, ecoando em cada pronunciamento feito por lideranças e comunidades, bem como por setores sociais aliados a esta causa. A sociedade brasileira foi gradativamente acolhendo as reivindicações indígenas e comprometendo-se com suas lutas. Frente

à resistência e mobilização indígena, o Estado foi sendo obrigado a reconhecer os direitos destes povos e a legislar sobre eles, imprimindo um caráter mais pluralista à Constituição Federal.

No entanto, se há um avanço relativo sobre a consciência dos direitos indígenas e a valorização de suas diferenças culturais, sociais, políticas, há também uma intensa oposição dos poderes do Estado no tocante à garantia destes direitos. Avolumam-se as investidas e ações violentas contra estes povos, que colocam em risco a sua existência em todas as regiões do país. É precisamente na questão territorial que se estabelecem os grandes conflitos: o aumento das reivindicações por terra dos povos indígenas e de outras populações tradicionais coincide com a expansão da soja, do álcool, do eucalipto. Ou seja, com o aumento da exploração de terras agricultáveis pelo agronegócio, o campo passa a ser o cenário central do confronto. E esta é uma das razões pelas quais a maioria das terras não foram demarcadas nem reconhecidas, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988.



Foto: Navarro

Quando a terra é agredida, a xawara se espalha

O manë manteve por muito tempo a xawara (epidemia) escondida. Ele dizia: ‘Não toquem nisso’. Ele a escondeu nas profundezas da terra. Ele dizia: ‘Se isso fica na superfície, todos os Yanomami vão morrer à toa’. Hoje, os nabëbë (brancos) depois de descobrirem a floresta foram tomados por um grande desejo de tirar essa xawara do fundo da terra. Xawara é também como chamamos booshikë, que vocês chamam minério. A xawara do minério é inimiga dos Yanomami e de vocês também.

Quando o branco tira o ouro da terra e mexe com ele em cima do fogo como se fosse farinha, sai fumaça. É a xawara wakëxi. Esta epidemia-fumaça se alastra pela floresta e pela terra dos brancos também. E causa doenças. Quando esta fumaça chega no peito do céu, ele também começa a ficar doente. A terra também fica doente. Mesmo Omamë é atingido. Deosimë (Deus) também. Por isso que agora estamos muito preocupados.



Foto: Equipe Itinerante Três Fontes

Tem também a fumaça das fábricas. Vocês pensam que Deosimë pode afugentar essa xawara, mas ele não pode. Sabemos que as coisas andam assim, por isso passamos estas palavras para vocês. Mas os brancos não dão atenção.

Os garimpeiros estão cavando o chão da floresta, por isso xawara cresceu muito. Não é só os Yanomami que morrem. Todos vamos morrer juntos. Quando a fumaça encher o peito do céu, ele também vai ficar morrendo. O trovão vai ficar doente também e vai gritar de raiva, sem parar, sob o efeito do calor...”

Davi Kopenawa Yanomami

Março de 1990, revelando a visão do jovem pajé da aldeia Demini

de riquezas e poder; utilização dos rios, lagos e mananciais hídricos para beneficiar projetos de grande porte; empobrecimento das pessoas que vivem no campo; concentração populacional nos centros urbanos; intensificação da violência e da exclusão.

gência coloca em risco a vida dos povos indígenas, a exemplo de pelo menos 40 povos que vivem na Amazônia sem estabelecer nenhum tipo de contato com a sociedade envolvente. A invasão de madeireiros e garimpeiros em seus territórios expõe estes povos ao risco de extermínio e, no entanto, o governo brasileiro se omite quanto à proteção e demarcação das terras.

Outro aspecto preocupante é o acentuado índice de violência praticado contra as comunidades indígenas. Em 2007, ocorreram pelo menos 86 assassinatos. Na sua quase totalidade, estas mortes estão relacionadas a conflitos fundiários, escassez de recursos, confinamento em pequenas porções de terras a que estão submetidos. Exemplo gritante é a situação vivida pelos Guaraní-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, onde grande parte da população está confinada em pequenas reservas enquanto suas terras tradicionais permanecem invadidas por fazendeiros.

Semana dos Povos Indígenas

Diante deste contexto, o Cimi promove a Semana dos Povos Indígenas com o objetivo de refletir sobre os impactos da política desenvolvimentista na realidade atual e para o futuro dos povos indígenas.

Infelizmente, mesmo as áreas que tiveram seu procedimento de demarcação concluído encontram-se invadidas e o governo federal não desenvolve nenhuma política de proteção e fiscalização efetiva. Muitas vezes esta negli-





Brincadeira do elefante – Assembléia do Povo – 1983



Em viagem na carroceria de caminhão



Com Pe. Pedro Sbardelotto, Irmão Manuel e indígenas Xavante

CASALDÁLIGA 80 anos de fé e luta

Profeta da palavra corajosa, o bispo de São Félix do Araguaia, dedica sua vida à defesa dos povos oprimidos

“... as causas dos direitos das pessoas e dos povos, sobretudo das pessoas e povos marginalizados e até proibidos. Causas minhas, mas causas de todos nós, causas desta pequena igreja de São Félix do Araguaia, que por ela já dei suor e até sangue. Causas especificamente de Nossa América: a terra, a água, a ecologia; as nações indígenas; o povo negro; a solidariedade; a verdadeira integração continental; a erradicação de toda marginalização, de todo imperialismo, de todo colonialismo; o diálogo interreligioso e intercultural; a superação deste estado de esquizofrenia humana que é a existência de um primeiro mundo e um terceiro mundo (e um quarto mundo também) quando somos um só mundo, a grande família humana, filha de Deus da vida.”

Dom Pedro Casaldáliga

Paulo Maldos*
Assessor Político do Cimi

Dom Pedro Casaldáliga chegou à região do Araguaia em 1968 para iniciar sua missão como religioso no sertão brasileiro. Ali tomou contato com as extremas dificuldades em que viviam comunidades de posseiros, ribeirinhos e pescadores, peões, moradores das pequenas vilas e povos indígenas.

Eram tempos de ditadura militar no Brasil, período de recrudescimento do terror de Estado com a edição do Ato Institucional nº 5. Tempos em que grandes empresas agropecuárias, com o apoio da Sudam (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), migravam para a região, expulsando posseiros com violência, invadindo territórios indígenas, derrubando a floresta e disseminando a morte para implantar fazendas de gado.

Dom Pedro vivenciou uma identificação imediata com os pobres do sertão, tanto por sua história familiar, de trabalhadores pobres do interior, por sua formação religiosa e cristã, na qual os “pequenos” estão no centro da vivência da fé, como por sua origem catalã, comunidade com mais de mil anos de presença na Península Ibérica, e que durante séculos foi invadida por outros

povos de culturas ibéricas como árabes.

A esta profundidade de identificação, a este lançar-se na direção do “outro” que o interpelava e questionava, só podemos dar um nome: paixão.

No interior daquele território, denominado Prelazia de São Félix do Araguaia, ele iniciou o exercício dessa paixão pelos povos indígenas Xavante, Tapirapé e Karajá. Quando ordenado bispo de São Félix, em 1971, em sua primeira Carta Pastoral, “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, já denunciava a violência do processo de ocupação da região pelos grandes empreendimentos capitalistas e os sofrimentos que causavam aos pobres do campo e aos povos indígenas.

“Os indígenas constituem uma pequena parte dos moradores [da Prelazia]. Os Xavante: caçadores, fortes, bravos ainda faz poucos anos quando semeavam terror por essas paragens. Receosos. Bastante nobres. Os Karajá: pescadores, comunicativos, fáceis à amizade, festeiros, artesãos do barro, das penas dos pássaros e da palha das palmas; moles e adoentados, particularmente agredidos pelos contatos prematuros desonestos com a chamada Civilização, por meio do funcionalismo, do turismo e do comércio: com a bebida, o fumo, a prostituição e as doenças importadas. Os Tapirapé: lavradores,

mansos e sensíveis; mui comunitários e de uma delicada hospitalidade”.

Naquele momento, princípios dos anos 70, a ditadura intensificava sua dominação, buscando calar seus críticos, intelectuais, jornalistas, artistas, movimentos sociais e sindicais. É neste momento que a voz de Dom Pedro começa a ser ouvida com clareza, em jornais da própria classe dominante e em países da Europa e América Latina. Uma voz que se erguia para denunciar a situação de miséria dos sertanejos e peões e a situação de violência a que estavam expostos os povos indígenas em sua região.

A brutalidade da ocupação capitalista no Centro-Oeste ficou conhecida internacionalmente por meio de denúncias de massacres, de aldeias indígenas bombardeadas, do lançamento de roupas infectadas por vírus nas comunidades, da distribuição de açúcar misturado a arsênico para a população indígena, da organização de bandos armados que promoviam chacinas nas aldeias para abrir seus territórios ao boi e ao capital. Contra esta situação, ficava cada vez mais forte a voz de Dom Pedro a preocupar o governo que queria calar sua voz ou expulsá-lo do país; a produzir ódio nos assassinos que buscavam a garantia da impunidade.

Um novo modo de ser Igreja

No entanto, no decorrer dos anos 70, no Brasil e na América Latina, começa a surgir uma nova articulação de práticas pastorais e políticas, baseadas em critérios como inserção na base, conhecimento, contato, respeito e convívio com o povo em toda a sua diversidade social e cultural.

Frente ao terror que cobria quase todo o continente, pequenas comunidades, quase clandestinas, realizavam este novo trabalho, com práticas concretas e um olhar utópico, revendo o Evangelho e as práticas políticas, como se dizia na época, “com um ouvido no povo e outro no Evangelho”.

Destes grupos participavam cristãos de diversas tradições religiosas e militantes das causas populares que não professavam fé religiosa, mas que praticavam o respeito à diversidade e desejavam a prática coletiva, com um mesmo horizonte utópico.

Neste contexto surgem as novas pastorais da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Dom Pedro participa da fundação de ambas entidades, vinculadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, através delas, acompanha de forma permanente a situação dos camponeses e dos povos indígenas em todo o país.

Dom Pedro logo se tornou um dos principais porta-vozes informais daquele amplo movimento pastoral e social que se constituía silenciosamente em todo o Brasil, com sua radicalidade na crítica, no compromisso, no humanismo, que submetia a avaliação das instituições, tanto do Estado como da Igreja, ao critério do serviço à Vida plena dos povos, particularmente dos mais pobres e, entre estes, dos povos indígenas.

Dom Pedro Casaldáliga, nos seus 80 anos intensamente vividos na fé e nas intermináveis lutas pelas boas causas, entre elas a dos povos indígenas é exemplo e inspiração para todos nós. ■



Dom Pedro com criança Karajá

Povos indígenas ocupam o Congresso Nacional

Após 20 anos da aprovação da Constituição brasileira, o Porantim resgata histórias do processo Constituinte

Brasília, 1º de fevereiro de 1987. Local, dia e ano de instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Após anos de governo militar e eleições indiretas, a sociedade brasileira expressava a necessidade de um novo texto constitucional. A Constituição em vigor, de 1969, havia sido reformulada várias vezes, autoritariamente, durante o regime militar e não expressava a nova ordem política do país.

Participaram da Assembléia, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB), 559 congressistas. Os trabalhos se estenderam por dezoito meses e, em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição brasileira. Nela, uma importante conquista dos povos indígenas: o direito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Na matéria de hoje, Antônio Brand, secretário executivo do Cimi à época, resgata a participação indígena nesse processo.

Foto: Egon D. Heck



Por Antônio Brand

Historiados e professor universitário

Impactados com a campanha na imprensa contra os povos indígenas e contra o Cimi – disparada principalmente pelo jornal O Estado de São Paulo – e com a força do Centrão, formado por parlamentares antiindígenas que tinham conseguido pôr em suspenso todos os direitos indígenas já garantidos na Constituição em elaboração, estávamos buscando, no âmbito do Cimi, a melhor forma de enfrentar esse revés, convencidos de que qualquer iniciativa, para ter êxito, teria que contar com a ampla participação dos próprios índios.

Foi nesse momento que o Secretariado do Cimi recebeu um telefonema de um grupo de lideranças do Xingu. Reunidos na Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, pediram uma “conversa com o Cimi”. Falaram eles: “Queremos vir e assistir a votação sobre os índios na Constituinte. Temos transporte da aldeia até Brasília, mas não temos onde ficar em Brasília. O



Cimi poderia dar um jeito?”. Viriam, inicialmente, em um ônibus, mas já avisaram que havia mais “guerreiros” querendo vir. A resposta da equipe do Secretariado foi imediata: “podem vir que vamos dar um jeito”.

Não tínhamos qualquer idéia sobre onde alojar tantos índios em Brasília, mas tínhamos a certeza de que nessa iniciativa dos índios do Xingu estava a resposta às preocupações do Cimi. Surgia uma força capaz de enfrentar a virulência da campanha do Estadão e o poder antiindígena do Centrão.

Semanas depois veio a primeira delegação xinguana – cerca de 40 homens, muito bem organizados e conscientes de sua responsabilidade naquele momento histórico.

A notícia se espalhou rapidamente pelas aldeias de todas as regiões do país. No Secretariado do Cimi, em Brasília, começaram a pipocar pedidos de alojamento e apoio de delegações indígenas de todo o país. Os recursos financeiros eram poucos. Como fazer para alojar e garantir alimentação de tantas delegações indígenas, por um prazo, naquele momento, imprevisível?

Com muita convicção, criatividade e apoio dos membros do Cimi e da CNBB, na pessoa do inesquecível Dom Luciano Mendes de Almeida, aliado à disponibilidade e ao espírito de luta dos representantes indígenas, conseguimos instalar os índios numa escola, localizada na avenida W3 Norte, em Brasília. Porém, os alojamentos eram muito precários. Mas, em nenhum momento isso se constituiu em problema para os índios. A consciência sobre a relevância histórica da participação de cada um

na luta pelos direitos indígenas fazia com que toda essa precariedade sequer fosse percebida.

O número de índios e de povos no alojamento improvisado em Brasília foi aumentando. Chegamos a ter um total de 350 representantes indígenas, vindos por iniciativa própria. Coube ao Cimi duas tarefas fundamentais: oferecer o apoio solicitado pelos xinguanos, e logo estendido aos demais, e oferecer aos índios acompanhamento, informações e assessoria nas andanças pelos gabinetes e plenários do Congresso Constituinte.

Olhando para trás, após 20 anos, percebe-se com mais clareza que os resultados efetivamente alcançados e explicitados na Constituição de 1988 sobre os direitos indígenas devem ser creditados, em primeiro lugar, a esse engajamento amplo e decidido dos povos indígenas das diversas regiões do país. Mas, ressalta como importante, também, o apoio prático e efetivo do Cimi e seus aliados, possibilitando alojamento, alimentação, informação e orientação às delegações indígenas, em Brasília. ■

À esquerda, Raoni Mentukire foi impedido de entrar no Congresso, em 1º de fevereiro de 1987, quando era instalada a Assembléia Constituinte. Acima, comissão de índios Kaiapó, no Congresso Nacional, em 19 de agosto de 1988.

Posseiros invadem aldeia e mantêm indígenas como reféns no Pará

Entre 19 e 21 de fevereiro, sete pessoas do povo Tembé e um funcionário da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foram mantidos como reféns de centenas de posseiros que invadiram a aldeia Itaho, no Pará, no domingo (17/2).

Na manhã do dia 21, os reféns, entre eles Beto Tembé (filho de um cacique) foram liberados pela Polícia Federal. A PF também expulsou os

invasores e prendeu quatro pessoas, entre elas, o ex-vereador de Garrafão do Norte (PA), Manoel Evilásio. Os presos foram levados para a carceragem da PF em Belém e devem ser processados por cárcere privado e formação de quadrilha.

Esta não é primeira vez que a terra indígena Alto Rio Guamá, próxima ao município de Capitão Poço, foi invadida. As ações são motivadas por políticos e

madeireiros locais, que têm interesses de manter a exploração de madeira na área. Evilásio é um dos principais incentivadores da tensão entre os Tembé e os não-indígenas. Com objetivos eleitorais, diz aos posseiros que os Tembé não tem direito sobre a terra.

A terra Alto Rio Guamá foi homologada em 1996 com 279 mil hectares. Nela vivem cerca de 1000 indígenas. Apesar disso, os indígenas que vivem na

área não têm a posse exclusiva da terra, constantemente invadida. Em 2003, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta entre Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério Público Federal (MPF) para garantir o reassentamento e a indenização dos ocupantes da terra. A maior parte deles aceitou, alguns, insuflados por políticos não aceitam sair. (Marcy Picanço) ■

400 anos do nascimento de Pe. Antônio Vieira

O jesuíta foi uma voz em defesa da causa indígena no Brasil Colônia

Benedito Preziosa

Em 6 de fevereiro comemorou-se o 4º centenário do nascimento de uma das personalidades mais significativas da história do Brasil, o jesuíta Antônio Vieira.

Portugal, mais do que o Brasil, tem valorizado a figura deste sacerdote, não pelo que teve de profético e arrojado, mas por seu talento literário. Neste ano está sendo relançada sua monumental obra, *Os Sermões*, numa edição que resgata o estilo original.

Infelizmente Vieira quase sempre é lembrado como um dos maiores mestres da língua portuguesa, mas poucas refe-

rências há por aquilo que o diferenciou durante a colônia, que foi sua luta contra a escravidão, sobretudo indígena.

Vieira se projetou em Portugal quando se tornou conselheiro de Dom João IV e membro atuante na corte. Sua transferência para o reino foi casual, pois integrava a delegação brasileira que estava levando as saudações da colônia ao rei, pela restauração da monarquia portuguesa após a união luso-ibérica. O sermão feito na capela real impressionou de tal forma o monarca, que o convidou para ser pregador régio.

Manifestou-se então seu lado político, sendo enviado para França e Holanda em busca de recursos financeiros. Advogava o retorno dos cristãos novos (antigos judeus) de origem portuguesa, que fugiram para a Holanda na época da perseguição manuelina, em 1496. A Companhia Geral do Comércio do Brasil, criada em 1649 para ativar as exportações brasileiras, foi outra sugestão sua.

Esta desenvoltura gerou intrigas palacianas, tornando-se malquisto na corte, apesar do apoio real.

Desgostoso, resolveu partir para o Brasil, em 1652, para relançar o projeto da missão maranhense, interrompido pela morte trágica de 12 jesuítas, vítimas de um naufrágio no estuário do Amazonas.

Começava nascer o Vieira profeta, que até hoje não foi realmente descoberto pela história oficial. Chocado com a situação em que viviam os indígenas da região Norte, passou a enviar freqüentes relatórios e cartas ao monarca: "No Estado do Maranhão, Senhor, não há ouro nem prata mais que o sangue e o suor dos índios: o sangue se vende nos que cati-

vam e o suor se converte no tabaco, no açúcar e demais drogas que com os índios se lavram e fabricam. Com este sangue e suor, se medeia [sustenta] a necessidade dos moradores; e com este sangue e com este suor, se enche e enriquece a cobiça insaciável dos que lá vão governar".

Propunha ao rei "mandar totalmente cerrar os sertões, e proibir que não houvesse resgates [descimentos] e declarar por livres a todos os [indígenas] já resgatados de qualquer modo que fossem". Mas reconhece que "este remédio é quase impossível de praticar".

Dois anos depois decidia partir para Portugal, em busca de mais apoio real e de leis mais firmes em defesa dos povos indígenas. Antes de voltar ao Brasil, no sermão do *Bom Ladrão*, pregado em Lisboa, denunciava a ganância e a corrupção do governo na colônia: "O que posso acrescentar, pela experiência que tenho, é que [no Brasil] se usa igualmente a mesma conjugação [roubar]. Furtam por todos os modos e tempos. (...) Furtam pelo modo infinito, porque não tem fim o furtar com o fim do governo e sempre lá deixam raízes em que se vão continuando os furtos... (...) Nos mesmos tempos não lhes escapam os imperfeitos, perfeitos, mais que perfeitos, e quaisquer outros, porque furtam, furtavam, furtaram, furtariam e haveriam de furtar mais, se mais houvesse. E quando eles têm conjugado assim toda a voz ativa e as miseráveis províncias suportado toda a passiva, eles, como se tivessem feito grandes serviços, tornam [a Portugal] carregados de despojos e ricos; e elas ficam roubadas e consumidas."

Munido com um novo regimento para os povos indígenas e com amplos

poderes para as missões, retornou à região Norte do Brasil.

Em Belém não poderia ser bem acolhido trazendo tal legislação. Magoado, escrevia ao rei, no final de 1655, afirmando que "temos contra nós o povo, as religiões [as ordens religiosas], os donatários, e igualmente todos os que nesse Reino e neste Estado são interessados no sangue e suor dos índios, cuja proteção nós só defendemos".

Em 1661, juntamente com os demais jesuítas, foi preso e deportado para Lisboa, onde a Inquisição tinha um processo contra ele devido seus escritos, considerados heréticos. Mais do que a heresia, era sua postura corajosa em defesa dos indígenas que o levou aos calabouços da Inquisição.

Tentou se defender, mas em 1667, foi condenado, permanecendo na prisão por quase um ano. Graças à intervenção pessoal do papa Clemente X, não foi para a fogueira. Solto, mudou-se para Roma e permaneceu ali seis anos. Quando pregava, as igrejas abarrotavam-se de povo.

Cansado deste exílio voluntário, voltou para Lisboa, onde começou a redigir sua obra prima *Os Sermões*. Em 1681 pediu para voltar para a Bahia, pois desejava morrer no Brasil, sua segunda pátria, aonde chegara aos sete anos de idade.

Foi acusado de não denunciar a escravidão africana, que conheceu melhor no seu retorno ao Brasil. Num dos sermões proferidos na Festa de N. Senhora do Rosário afirmava: "Se olharmos para estes miseráveis, e para os que se chamam seus senhores vemos: os senhores rompendo galas; os escravos despídos e nus; os senhores banqueteados, os escravos perecendo a fome; os senhores tratando-os como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como Deuses".

Não conseguiu ir além da denúncia, propondo o que o apóstolo Paulo recomendava: aceitação e paciência diante do sofrimento. A própria Companhia de Jesus havia recuado, aceitando o modelo colonial. Para ele e para outros portugueses de sua época, a expansão e a consolidação do império português eram obras da intervenção divina, manifestada na expulsão dos árabes, no século 13.

Na Bahia concluiu a redação de sua obra literária, e aos 80 anos foi nomeado visitador da província jesuítica, permanecendo neste cargo por três anos. Morreu em 1697, aos 89 anos.

Se Vieira não teve a lucidez de um Bartolomeu de las Casas*, foi, entretanto, a maior voz profética da Igreja do Brasil no período colonial. ■

*(1474-1566) Frade dominicano, bispo de Chiapas (México) e grande defensor dos índios. Lembrado como um dos maiores humanistas e missionários da História do Cristianismo.



Indígenas cobram do Estado aplicação de Declaração da ONU

Evento em Brasília reúne 61 lideranças indígenas do Brasil e de outros países da América Latina

Por Clarissa Tavares
Editora Porantim

Aprovada em 13 de setembro de 2007, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas representa o reconhecimento dos Estados nacionais à legitimidade do modo de vida destes povos. Movimentos indígenas na Bolívia, Equador, Guatemala discutem maneiras de transformar a Declaração em lei. No Brasil, a primeira mobilização ocorreu em fevereiro, em Brasília, e foi promovida pela Apoinme (Articulação dos Povos Indígenas do

Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), Instituto Warã e Conselho Indígena de Roraima (CIR).

O evento contou com participações internacionais, entre elas a de Juan Leon Alvarado, indígena guatemalteco Maya-quiché, embaixador da Guatemala no Equador e ex-presidente da comissão da OEA que discute a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.



Movimento indígena discute possibilidades de declaração tornar-se lei em países da América Latina

PORANTIM - Qual o significado da Declaração para os povos indígenas?

JUAN LEON - Pela primeira vez há um instrumento jurídico internacional que reconhece a existência dos povos indígenas com estatuto e com direitos internacionais. É um instrumento que vai criar uma parte complementar do direito internacional e introduzir direitos coletivos, de que não se falava antes. E mais, tem uma importância para os povos indígenas como instrumento de revalorização e crescimento da autoestima. A Declaração lhes injetou energia, lhe deu visões de como gerar ações. Outro ponto é que ela obriga os Estados a fazer reformas, mudanças em suas políticas internas que não vão poder ser as mesmas, se realmente falamos de uma democracia integral em que participam os povos indígenas independentemente de seu número nos países.

E como se deu a participação indígena no processo de construção e aprovação da Declaração?

Durante os 22 anos que levou sua aprovação houve uma participação muito ativa, muito persistente dos povos indígenas. Não houve um espaço de negociação direta entre os Estados e os povos indígenas porque a ONU não permite, mas através de delegações como do governo da Guatemala, do México e de outros países da União Européia se faziam consultas aos povos indígenas e se aprovava o que era de importância para os povos.

Como o Sr. avalia a responsabilidade dos governos diante da Declaração?

Ela tem que ser total. Não pode ser parcial, não pode ser somente uma seleção de direitos ou de artigos. Se a declaração está organizada por artigos é por uma questão técnica e não significa que os direitos dos povos indígenas se dividem, eles são integrados. E integração, se falamos de direito à vida indígena, tem a ver com meio ambiente, recursos naturais, terra, território, língua, história, cultura, conhecimen-

to, tudo. Creio que a responsabilidade dos governos tem que ser gradual, mas não pode ser seletiva, nem discriminadora, ou seja, utilizar apenas os artigos que lhes são mais convenientes. Não há justificção para os governos que dizem que a Declaração não é vinculante, porque não é uma convenção. Isso não é justificável porque é um direito internacional com máxima autoridade para criar as normas e os instrumentos das Nações Unidas e estes estados são membros das Nações Unidas e têm a responsabilidade de pôr em prática suas determinações.

Nesse sentido, quais desafios se colocam para os povos indígenas?

Um desafio é saber de que maneira podemos seguir mantendo tudo o que rege nossas normas, princípios, estruturas organizativas, formas e tomadas de decisões. Pela situação de pobreza em que vivemos, estamos perdendo o dia-a-dia e se não nos reconstituirmos por nós mesmos o que vai adiantar

a Declaração? Por isso, os inimigos do movimento indígena crêem que estamos perdendo tempo e vamos terminar "alienados", "mudados". Então, de que maneira podemos equilibrar as duas coisas: utilizar as experiências externas como uma ferramenta de fortalecimento do interno e que não seja de destruição interna? Outro desafio é como produzir propostas de transformações de acordo com a Declaração. Por seguirem nos oprimindo, caímos sempre na questão da denúncia. De que maneira, ao mesmo tempo em que denunciamos, geramos propostas de ação? Isso é complexo. E outro desafio é a construção de um canal de negociação entre povos indígenas e os Estados. Não podemos seguir afastados dos governos. Ainda apontaria o desafio de como criarmos direcionamentos claros e bem definidos para a cooperação internacional, sem nos subordinarmos a seus interesses e objetivos. ■

Fórum Social Mundial: espaço dos povos indígenas

Egon D. Heck
Cimi MS

Em todos os Fóruns Sociais Mundiais (FSM), desde o primeiro em 2001 na cidade de Porto Alegre, os povos indígenas contribuíram com as discussões e elaborações de propostas para os novos caminhos da humanidade, na certeza de que não somente "outro mundo é possível, com os povos indígenas", mas de que isso já está acontecendo.

A próxima edição do Fórum será realizada em Belém, em janeiro de 2009, e contará com uma expressiva participação indígena de todo o continente latino-americano. Neste sentido,

organizações indígenas de Abya Yala (América) como a Coica (Coord. das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica), a Caoi (Coord. Andina de Organizações Indígenas), a Cica (Coord. Indígena de Centro América) estão, junto a outros movimentos sociais, buscando articular forças para avançar na construção de novos modelos de sociedade.

Há bastante empenho e entusiasmo neste sentido. Roberto Espinoza, da Caoi, viaja este mês para a Europa a fim de articular forças e recursos "para



Foto: J. Roschka

efetuar uma ampla mobilização indígena internacional durante o Fórum de 2009. Com a aliança entre diversas organizações, poderemos aprofundar

os debates sobre descolonização do poder e do saber, estados plurinacionais, eurocentrismo, entre outros temas afins".

Nós, brasileiros, também precisamos estar atentos desde já para garantir a ampla participação indígena neste evento. O movimento indígena, junto a seus aliados, estará definindo durante os diversos encontros e instâncias a metodologia e o conteúdo dos debates, bem como a representatividade dos povos indígenas do Brasil, do continente Abya Yala e de todo o mundo. ■

Lideranças indígenas participam de marcha durante o 3º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS)

A educação na aldeia Pynawa do povo Tembê

Apesar das difíceis condições da educação, crianças demonstram vontade de aprender e preservar o local onde vivem

Carla Nilce Ribeiro de Andrade

Professora não-índia das crianças Tembê

A educação escolar de crianças, jovens e adultos do povo Tembê do Alto Rio Guamá é subsidiada pela Secretaria Estadual de Educação do Pará (Seduc). Muitos de seus professores são indígenas e estão em processo de formação.

Ainda existem muitas aldeias com escolas anexas às escolas situadas na cidade. Nestes casos, a proposta pedagógica não contempla a realidade indígena, o que tem movimentado a comunidade no sentido de pressionar a Seduc para reconhecer e fazer valer o direito das comunidades à educação efetivamente diferenciada.

Na aldeia Pynawa, a realidade é ainda mais complexa. Sequer existe uma escola anexa reconhecida pela Seduc. Os alunos foram alocados em uma casa, cedida desde 2005, que fica a 18 quilômetros do local onde vivem. As carteiras são insuficientes para os sete alunos. Isto os entristece, mas não os enfraquece. Enquanto o povo luta, suas crianças os acompanham, estudam e nos contam em sua carta um pouco do uso que têm feito dos estudos e da terra que é deles e será das próximas gerações.

Crianças Tembê aprendem a preservar seu território por meio da coleta seletiva do material reciclável



Carta das crianças Tembê

Oi, pessoal que está lendo!

Nós somos crianças do povo Tembê. Moramos na aldeia Pynawa, que fica na Terra Indígena Alto Rio Guamá. Na nossa aldeia nós brincamos de vôlei, peteca, futebol e pira. Também ajudamos nossos pais em casa e na roça. Aqui não tem energia elétrica, mas tem água encanada para as cinco casas e a enfermaria.

A gente estuda numa casa que o Nivaldo (liderança do povo) emprestou até a Seduc construir a escola. Passamos para a 3ª série.

Na nossa aldeia tem um igarapé chamado Bacaba que nós usamos pra lavar roupa, louça, tomar banho, brincar, pescar e acampar. O igarapé não é muito sujo porque nós limpamos, quando não são as crianças são os adultos.

A gente mudou muito porque antes nós não nos preocupávamos com o lixo, tinha até uma sacola no igarapé pronta para isso, às vezes ficava muito cheia e derramava, rasgava, o cachorro mexia, caía na água. Agora o lixo fica em casa e não tem mais sacola no igarapé, a gente roçou a beira e limpou o caminho.

Na nossa aldeia tinha muito lixo, mas nós estamos limpando. São sacolas, cabo de pirulito, papéis, panos, ferro velho, vidro, borracha,

isopor, alumínio, embalagens usadas, tudo espalhado pela terra e isso é risco para nossa saúde porque lixo chama muitos bichos perigosos que trazem doenças, como leptospirose, dengue e tétano.

É o ser humano que polui a terra, a água e o ar, mas também deve limpar. Nós estamos limpando esse lixo que não fomos só nós que jogamos. Antes de nós quem morava aqui eram os posseiros, quando saíram ficou muito entulho. Se a gente limpar todos os dias o lixo vai acabando, mas é preciso não jogar sujo na terra.

A gente leva dois carros de mão e quando enchem a gente joga num buraco. A gente não queima porque a fumaça fura o céu e se furar a terra vai ficar muito quente, os rios vão secar, os peixes vão morrer, as plantas vão murchar e morrer, as caças vão morrer de fome e as pessoas não vão ter mais água nem comida.

A terra é importante para os índios, os não-índios e para todos os seres vivos. Não podemos maltratar os animais, derrubar as árvores se não for preciso, espalhar o lixo, ou um dia nós não teremos a terra limpa como era antes.

Cheilane Tainá, Ítalo Júnior, Joel Soares, Maria Alessandra e Mayra Tembê



Assine o PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:

SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF

– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!

– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.

– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

PREÇOS

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 25,00

Outros países: US\$ 40,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

ÍNDIOS DE GOIÁS

Uma perspectiva histórico-cultural

O livro está fundamentado em pesquisas históricas, arqueológicas, antropológicas e documentais desenvolvidas pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Os temas abrangem datações que remontam há 10 mil anos, enfocando os primeiros registros da ocupação humana em Goiás até a atualidade, com a contextualização dos três grupos indígenas localizados hoje no estado: Avá-Canoeiro, Karajá e Aruanã e Tapuios do Carretão.

Encontramos em todos os capítulos uma minuciosa história de cada povo, com explicações sobre o nome de cada grupo, língua, localização, histórico do contato, população, organização social, familiar, socioeconômica. Informações essas acrescidas sobre a arte e a cultura material, cosmologia, mitos e ritos.

Os arqueólogos Paulo Jobim e Sibeli Viana analisam as pesquisas arqueológicas no Brasil, contextualizando o seu desenvolvimento no estado de Goiás e o seu panorama cronológico e cultural sobre a ocupação pré-histórica na região.

Já o historiador Jézus Marco de Ataídes relata a história das bandeiras que se dirigiam para o interior do país, destacando a forma como os índios reagiam ao embate com os colonizadores e o resultado desse contato, sobretudo em relação aos Kayapó do Sul, grupo praticamente extinto no século 19. Pela história

desse povo é possível compreender a política indigenista da época, as estratégias para justificar as “guerras justas” e a criação de aldeamentos oficiais para a redução e “pacificação” dos indígenas.

Sobre os Avá-Canoeiro, a historiadora Dulce Madalena Rio Pedroso busca resgatar a trajetória do contato interétnico desse grupo durante os séculos 18, 19 e 20. Esse povo fugiu do contato preferindo, muitas vezes, a prática do infanticídio a se entregar aos “brancos”. A análise está atualizada com depoimentos de sobreviventes.

A história dos Karajá é analisada a partir de duas frentes de contato com a sociedade nacional: uma representada pelas missões jesuíticas da Província do Pará, em 1658, e outra relacionada com as bandeiras paulistas que se dirigiram para o Centro-Oeste e o Norte do Brasil, entre os anos de 1728 e 1746.

Em relação aos Tapuios do Carretão, a história é resgatada desde 1788, com a construção do aldeamento Carretão até a homologação do atual território na década de 1990. Somente após dois séculos de miscigenação, os Tapuios adquiriram visibilidade pelo nascimento de um novo grupo orgânico de indivíduos.

Maria Eugênia Nunes e Mariza de Oliveira Barbosa, especialistas em antropologia visual, trabalham tendo como base as imagens dos povos indígenas de Goiás e também de imagens resultantes de pesquisas arqueológicas, com numerosas fotos da arte rupestre, reunidas num total de 350 fotos.

Além das pesquisas e fotos, compõem o livro mapas, tabelas e uma extensa bibliografia no final de cada capítulo. ■

Leda Bosi
Sedoc

Índios de Goiás – uma perspectiva histórico-cultural

Marlene Castro Ossami de Moura (Coord.)

Ed. da UCG/ Ed. Vieira/
Ed. Kelps, 2006

378 p.



Irmã Dorothy, uma relação de ternura com o mundo

Após três anos de seu assassinato: homenagens e manifestações contra a lentidão da Justiça

Irmã Rebeca
Cimi/Norte II

“Precisamos recuperar uma relação de ternura com a Mãe Natureza e aí saberemos como agir”
Dorothy Stang

Assim falava Dorothy. Assim vivia Dorothy, numa relação de ternura com a Mãe Natureza e com todos os filhos dela. Assim viveu por toda sua vida, até o último instante. Momentos antes de sua morte ela chamava seus assassinos de “meus filhos”, pegou na mão de cada um, leu trechos da Bíblia para eles. Dorothy era toda ternura e ao mesmo tempo forte e resistente – uma açucena de aço.

Em fevereiro fez três anos que estamos apenas sem ver a Dorothy, pois presente ela está e isso foi evidente nas manifestações por ocasião do terceiro aniversário de sua passagem à nova vida.

Dorothy foi lembrada e festejada por lavradores, trabalhadores, mulheres e crianças; espíritas, religiosos afro-brasileiros, pajés, padres, pastoras e pastores, religiosas; por sua família e por nós, suas irmãs, de Notre Dame. Foi lembrada com cantos, lágrimas, poesias, dramatizações, protestos, atos religiosos, forró e refeição comunitária.

Nossa pequena, simples Dorothy, foi lembrada e festejada por tanta gente que sabe fazer da morte uma celebração de Vida e Esperança. Em Anapu, município do Pará onde vivia, mais de mil pessoas festejaram desde o primeiro raio de sol até meia noite. Em Belém, um pequeno e resistente grupo protestou em frente ao Tribunal de Justiça.

O caso Dorothy tornou-se emblemático na justiça paraense. Alimentou

a esperança do fim da impunidade. Em Anapu, pensava-se que as coisas iriam mudar e as muitas promessas aos assentados seriam finalmente cumpridas. Mas após três anos, o desmatamento no Pará aumenta assustadoramente e os assentados continuam sem condições de viver. Cinco deles foram acusados do assassinato. Destes, quatro estão presos, um responde em liberdade – o mais rico. O assassino de Dorothy, réu confesso e já condenado duas vezes por júri popular, entrou com pedido de *habeas corpus* para aguardar o terceiro julgamento em liberdade. Um dos mandantes ainda terá direito a um segundo julgamento e para o outro mandante não há sequer previsão de julgamento.

“Perdemos a confiança e a fé nos órgãos “competentes”, pois apesar de denúncias constantes, a floresta continua a cair, os manejos florestais ilegais aumentam, os caminhões madeireiros andam dia e noite em nossas estradas, os assentamentos do povo não são consolidados e a sua vida continua ameaçada. A Procuradoria do Incra não aparece para regularizar a terra da União que vive “sob júdice”, os processos judiciais contra os que mataram Dorothy, Brasília, Dema, a família Canuto e tantos outros e outras, caminham devagar ou ficam parados em gavetas de desembarcadores. Enfim, o Estado e seu governo, federal e estadual, deixa de defender suas terras e seu verdadeiro povo”, dizia o povo de Anapu durante a celebração da missa em sua homenagem. Contudo, este mesmo povo declarou: *“queremos lembrar e viver o seu sonho [irmã Dorothy], um sonho que também é nosso, um sonho de poder construir um mundo diferente”.*

Dorothy vive! O sonho dela vive! Vive em nós! Vive nas suas palavras que não esquecemos. ■

O caso Dorothy tornou-se emblemático na justiça paraense, alimentando a esperança do fim da impunidade. Mas, passados três anos, o desmatamento no estado só cresce

MARLENE CASTRO OSSAMI DE MOURA
COORDENADORA

ÍNDIOS DE GOIÁS

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL



Dom Pedro Ultraleve de Deus

Paulo Suess
Assessor Teológico
do Cimi

Profeta, posseiro
do tempo que aras
com pena de poeta
e asas de ultraleve.

Missionário místico,
maracá do Reino,
mártir de raspão,
testemunha sempre.

Peregrino das Américas,
veleiro em alto-mar
onde paz e tempestade
se abraçam no perdão.

Sinal de contradição,
sino de esperança
desde o mundo indígena
badalando indignação.

Irmão dos pobres,
raiz com asa
cata-vento de Deus
romeiro sem casa.

Trigo perdido
na margem do Araguaia
utopia nas encruzilhadas
da memória do povo.

Apareceste entre os humanos
em tempo de vacas magras,
lutaste para virar o mundo,
ao avesso, para todos.

Trocaste a carreira pelo Caminho,
a correria pela caminhada,
o grito pela canção -
Quixote e Macunaíma.

Lutaste por terra para viver,
sonhaste vinho para todos
e pão - como tua vida -
consagrado, repartido.

Foto: Eden Magalhães

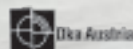
Das pedras fizeste
caminhos e pontes,
das perdas e dores
novos horizontes.

Pedro, divina energia
pedra preciosa
dom de Deus,
presente, Eucaristia.



APOIADORES

HORIZONT 3000



PORANTIM